

O anacronismo do método avaliativo universitário frente ao desenvolvimento intelectual do acadêmico

The anachronism method evaluative university front of academic intellectual development

José Eduardo dos Santos Paiva

ITOP

Juraildes Barreira Nunes

ITOP

Nerci Maria Rezende Carvalho

ITOP

Resumo: Por meio de pesquisa fundamentada em levantamento teórico conceitual, análise lógico-pedagógica e bibliografia específica, buscou o presente trabalho tratar da questão referente ao anacronismo do método avaliativo universitário frente ao desenvolvimento intelectual do acadêmico. Consideraram-se conceitos básicos e basilares da avaliação que vincula o papel da universidade na sociedade contemporânea e dos acadêmicos para atingirem o ápice do conhecimento, estes impactados na forma danosa por métodos e técnicas equivocadas e anacrônicas. Resulta-se, mediante presente pesquisa, a necessidade de discutir em âmbito social e acadêmico. Ao longo da pesquisa, detectaram-se formas e meios de se aplicar o almejado desenvolvimento acadêmico, sem atrofiar intelectual e psicologicamente os participantes, mas, tornando-os produtivos.

PALAVRAS CHAVE: Avaliação; Educação Superior; Função Social.

Abstract: Through research based on conceptual theoretical research, logical- pedagogical analysis and specific bibliography, sought this work address the issue regarding the anachronism of the university evaluation method against the intellectual academic development. Were considered basic and fundamental concepts of evaluation that links the university's role in contemporary society and academics to reach the summit of knowledge, these impacted in damaging form by methods and misleading and retrograde techniques. It follows up by this research, the need to address social and academic environment. Throughout the research, they were detected ways and means to apply the desired academic development, without atrophying intellectual and psychologically the participants, but making them productive.

KEYWORDS: Evaluation; College Education; Social role.

Introdução

A presente pesquisa objetiva avaliar as atuais técnicas e instrumentos avaliativos no meio universitário, possuindo como tema, o anacronismo do método avaliativo universitário frente ao desenvolvimento intelectual do acadêmico. Tema há muito discutido na seara pedagógica e psicológica pátria.

A avaliação cumpre a função de mensurar o nível de aprendizado e de aproveitamento acadêmico do discente, ao mesmo, que deveria proporcionar ao professor a constatação da eficiência de sua didática e métodos de ensino.

O desenvolvimento intelectual acadêmico, é atingido mediante crescimento em conhecimento, postura ético-profissional, estabilidade psicológica e capacidade em aplicar e transmitir o conhecimento, e demais predicativos adquiridos durante o período acadêmico.

Na atualidade, o método avaliativo comumente utilizado no meio universitário, resume-se à aplicação de teste ou provas. Neles algumas questões, prévias e arbitrariamente escolhidas pelo professor, são apresentadas aos discentes, com o intuito de mensurar o objetivo máximo da educação secular, o desenvolvimento intelectual, psicológico e profissional dos alunos. Nas palavras de Paulo Freire:

O professor ainda é um ser superior que ensina a ignorantes. Isto forma uma consciência bancária. O educando recebe pacificamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita – para depois despejar nas provas. O curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim seu poder de criar, se faz

menos homem, é uma peça. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação (FREIRE, 2005, p.20).

É possível mensurar o aprendizado ou absorção de conhecimento de um indivíduo em algumas questões? Será que em um grupo de indivíduos, que ouve a mesma mensagem, absorve o mesmo conhecimento? Sendo que a equidade é tratar os desiguais de forma desigual, existe equidade ou inclusão, quando é nivelada a forma de avaliação?

O desenvolvimento acadêmico esta intrinsecamente vinculado ao meio avaliativo, proporcionando efeitos que poderão ser positivos ou negativos, reversível ou irreversível, ou apenas esquecido.

A proposta desta pesquisa acadêmica, é o de avaliar em sua especificidade, se o método avaliativo empregado comumente, na atualidade, nas universidades, atingem seu objetivo maior. Se existem outros métodos mais eficazes e quais são os efeitos provocados pelo atual método.

É cediço que a psique do acadêmico sofre alterações durante o período universitário, essas transformações podem auxiliá-lo na vida profissional, tornando-o mais forte e determinado em suas escolhas, ou podem atrofiá-lo, tornando-o inseguro, inconstante ou incapaz não só profissionalmente, como na vida em geral.

Destarte, não pretendemos esgotar o assunto, mas apenas discuti-lo no âmbito acadêmico, propondo alternativas, e sob a luz das citações de autores e pesquisadores, analisar a possível anacronia presente atualmente, nas atuais técnicas e instrumentos avaliativos empregados no meio universitário.

Este é um tema que, dada grande importância, necessita ser muito discutido, não apenas no ambiente acadêmico, mas por toda a sociedade, visto ter a capacidade de formar melhores profissionais, intelectuais e cidadãos.

A Educação e o Sistema Universitário

A universidade, em seu papel verdadeiro, possui o poder de transformar a sociedade, mediante a produção de conhecimentos aliados à qualificação profissional. Possuindo o cérebro como capital, o sistema universitário imbuí-se no papel de desenvolvê-lo.

A função social do ensino superior deve estar voltada ao desenvolvimento de novos conhecimentos, mais voltadas às necessidades do homem contemporâneo, proporcionando não somente o conhecimento científico, mas também o desenvolvimento do homem enquanto ser humano. Segundo relatórios produzidos por pesquisadores da UNESCO:

a nova racionalidade, que começa a se evidenciar na diversidade das sociedades no mundo, sua composição cada vez mais multicultural, as características da massificação, as estruturas da comunicação informativa, a incorporação da tecnologia à vida diária, a redução da distância entre o público e o privado, o acesso dos cidadãos a modalidades de busca de conhecimento diferentes das usuais, as novas dimensões do trabalho baseado na capacidade de iniciativa pessoal e coletiva e a responsabilidade conjunta pelas decisões, o caráter interdisciplinar do emprego e a permanente mobilidade dos perfis profissionais, geográficos e de mobilidade cultural, e a redução do estado nacional mediante superestruturas regionais, econômicas e sociais e agir com tudo isso. (BERNHEIM, 2008 *apud* UNESCO 1998, p.12).

Infere-se neste, destacar que instruir difere do educar, já que a instrução é a mera propagação do conhecimento, visto ser a educação a máxima aplicação do conhecimento. Neste viés, flui-se o papel do ensino superior, seja, proporcionar o conhecimento fitando a educação acadêmica dentro das margens necessárias à sociedade, e para o desenvolvimento particular e unitário dos discentes.

É imprescindível a necessidade de a universidade modificar o olhar que tem sobre seus acadêmicos, transcendendo de um olhar passivo para um ativo, capacitando-os à agirem

autonomamente, moldando e incentivando-os para serem agentes do processo. Somente tornando-se autocrítica, a universidade capacita-se para enxergar os resultados em seus acadêmicos, este pode ser compreendido sob o olhar da oportunidade de se desenvolver no que tange à reflexão sobre a educação e o processo de construção do conhecimento e da educação.

Numa altura em que os sistemas educativos formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento de outras formas de aprendizagem, importa conceber a educação como um todo. Esta perspectiva deve, no futuro, inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível da elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas (DELORS, 1998, p. 101).

Para compreendermos eficientemente as reformas educativas nas formas do autor supracitado, necessário se faz, neste, a presença de uma análise descritiva, mesmo que superficial, dos indivíduos que compõem o processo, e por tal, sofrem a influência e/ou influenciam diretamente o resultado esperado na esfera educativa universitária.

A Educação e o Corpo Docente

A educação é um processo de evolução, na qual, o conhecimento, costumes, experiências e hábitos são transferidos aos indivíduos de geração em geração. Não se restringe apenas no conhecimento popular, mas também no intelectual, uma vez que há interação com diferentes meios sociais e um conhecimento mais amplo para que haja interação em diferentes grupos.

A Educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades.

A educação foi criada no sentido de ampliar a cognição e trazer igualdade aos cidadãos, a fim de torná-los qualificados, transmitir conhecimento adquirido ao longo do tempo e preparar crianças, jovens e adultos para o desenvolvimento espiritual; e, uma vez que o desenvolvimento social depende da consciência dos valores que regem a vida humana, a história da educação está essencialmente condicionada pelos valores válidos para cada sociedade (JAEGER, 1994, p.5).

Para cumprir os fins da educação e cultura, faz-se necessário a presença dos professores, que se objetiva em cuidar e ensinar para o bom andamento da atividade de ensino e aprendizagem. Porém, a desvalorização sócio profissional e pecuniária dos profissionais da educação no Brasil compromete a qualidade do processo educativo, visto que há uma deterioração da aprendizagem, já que estão claramente ligadas as exigências da demanda de novos conhecimentos com os custos de aprendizagem. Neste diapasão:

O professorado, diante das novas realidades e da complexidade dos saberes envolvidos presentemente na sua formação profissional, precisaria da sua formação teórica mais aprofundada, capacidade operativa nas exigências da profissão, propósitos éticos para lidar com a diversidade cultural e a diferença, além, obviamente, da indispensável correção nos salários, nas condições de trabalho e de exercício profissional (LIBÂNEO, 2000, p.77).

De tal modo, para compreender o mérito de valorização do educador, pode-se analisar a relação do aluno e os materiais - professores, principal material de aprendizagem - onde as funções impostas são repassadas ao indivíduo, derivando da organização das atividades aplicadas pelos educadores.

Os professores nunca viram seu conhecimento específico devidamente reconhecido. Mesmo quando se insiste na importância da sua missão, a tendência é sempre para

considerar que lhes basta dominarem bem a matéria que ensinam e possuírem um certo jeito para comunicar e para lidar com os alunos. O resto é dispensável. Tais posições conduzem, inevitavelmente, ao desprestígio da profissão, cujo o saber não tem qualquer valor de troca de mercado (ROSA; VESTENA *apud* NÓVOA, 2006, p.33).

Considerando o processo de educação pelo qual todo indivíduo deve participar ativamente de estudos em sala de aula, encaminhando a esfera acadêmica, o educando está constantemente apto a seguir através do meio de formação e absorver novas formas de ensino para adentrar no mercado de trabalho.

Espera-se muito da educação no Brasil, inclusive que resolva, sozinha, os problemas sociais do país. Portanto, é necessário primeiro melhorar a formação dos docentes, visto que o desenvolvimento dos professores implica no desenvolvimento dos alunos e das escolas. Não basta que tenhamos escolas superiores com recursos disponíveis, ou planos de melhoria ambiciosos. É fundamental o aprimoramento dos recursos humanos envolvidos em todo o processo.

A Educação e o Corpo Docente

A educação é uma via de mão dupla, da mesma forma que necessitamos de educadores melhor preparados e valorizados, como abordado em tópico anterior, necessitamos de acadêmicos capazes de absorver o conteúdo trabalhado. Neste viés, entendemos que não basta o conhecimento secular dos docentes, mas a soma com a capacidade didática de transmitir.

Embora seja papel do ensino universitário proporcionar uma visão mais crítica em relação ao mundo, diversos estudos têm evidenciado que estudantes universitários não apresentam o nível de leitura esperado para essa etapa de escolarização (Carelli, 1996; Oliveira, 1996; Pellegrini, 1996; Santos, 1990). Desse modo, torna-se relevante a realização de estudos e pesquisas que busquem alternativas para o diagnóstico e o desenvolvimento dessa habilidade (OLIVEIRA, SANTOS, 2005, p.119).

É evidente o despreparo intelectual de grande parte dos calouros que adentram as universidades, números estes crescentes, dado às novas facilidades advindas dos programas governamentais e do crescimento da renda das famílias brasileiras. Não é papel da universidade alfabetização, este é um fato indiscutível, mas como proceder diante destes fatos?

Trata-se de encontrar novo paradigma para um ensino superior mais eficiente, e não de excluir através da seleção natural, como se em uma selva vivêssemos. Cabe às universidades, fazer uso de sua missão cognitiva, e apresentar, diante de pesquisas, métodos e formas para agregar aos desprovidos, condições e qualidade para atingir o aprendizado e a almejada educação.

A educação deve ser um processo de construção de conhecimento ao qual acorrem, em condição de complementaridade, por um lado, os alunos e professores e, por outro, os problemas sociais atuais e o conhecimento já construído (BECKER, 2001, p.73).

Dentro desse processo de construção, evidencia-se o método avaliativo como uma das formas eficazes para o aprimoramento da educação universitária. Se atingido o objetivo a que se compete, tal método cumpre com suas finalidades, portanto necessita ser melhor observado, visto que se por um lado a viabiliza operacionalmente, por outro, não nos deve cegar quanto às suas claras limitações.

Avaliação

Em vários estágios da vida e da relação humana, faz-se mister ou imprescindível a utilização de ferramentas e métodos avaliativos, com o cunho cognitivo-analítico, seja para comensurar um

progresso ou regresso, seja para o emprego de medidas mais ou menos agressivas. No sistema acadêmico universitário não difere totalmente deste fato.

Em análise mais profunda do objetivo da avaliação no sistema educativo e pedagógico universitário, não encontramos mensura ao termo eliminação, mas sim dos termos qualitativos e quantitativos, tanto para apurar a capacidade absorptiva de informação por parte dos acadêmicos, quanto da capacidade transmissiva dos docentes.

O termo avaliação possui significados diversos advindos de concepções múltiplas, tais como, estimação, controle, valoração, apreciação, classificação, análise, diagnóstico, entre outros. Mas é necessária a diferenciação entre técnica e instrumento de forma clara. Entende-se a técnica como o mecanismo que demonstra o objetivo pretendido na avaliação, o proceder do avaliador.

O recurso utilizado corresponde ao instrumento na avaliação, que pode exigir habilidades diversas e características específicas do aluno, tais como as requeridas em um teste objetivo ou numa prova dissertativa. Independentemente da metodologia adotada no ensino, não há como utilizar ou dar maior importância a um único modo de avaliar, visto que se um professor se restringir a apenas um instrumento de avaliação, o resultado poderá não ser confiável, ficando restrito a um momento exclusivo e a uma única forma de aferir o conhecimento do estudante.

Observa-se que a função da avaliação, conforme salienta Gronlund (1979), é aperfeiçoar métodos, estratégias e materiais, visando o aprimoramento da aprendizagem do aluno e a melhora do ensino do professor, possibilitando a comunicação entre professor e aluno. A avaliação deve ter como principal função, por um lado, orientar o professor quanto ao aperfeiçoamento de sua metodologia e, por outro, possibilitar a melhora do desempenho do aluno (OLIVEIRA, SANTOS, 2005, p.119).

A avaliação não pode ser um momento angustiante, e sim motivador, ansiado por ambos os polos da relação educacional, pois deve caracterizar uma oportunidade de aprimoramento didático e intelectual. Se visto pela perspectiva educacional, este é um momento de construção, a nota seria um simples dado à ser processado e não um constrangimento ou bloqueio intelectual.

Infelizmente, a avaliação tem sido vista apenas como instrumento de classificação e eliminação, não sendo atribuído a esta, a capacidade construtiva já mencionada, principalmente em virtude das técnicas aplicadas e instrumentos eleitos. Em síntese, ao observarmos os instrumentos e técnicas contemporâneas aplicadas, constatamos que não evoluíram ao nível das tecnologias, sapiência e modernidade do homem atual, na realidade, perpetuamos as mesmas práticas preceituada nas universidades da idade média.

Usuais Técnicas e Instrumentos Avaliativos

Em porte das definições e objetivos, até então neste apresentado, concernentes à universidade, à educação e à avaliação, cabedalizados pelas citações apresentadas, dispomo-nos a tratar, de forma cognitiva, as técnicas e instrumentos avaliativos comumente empregados nas universidades da atualidade.

Embora haja técnicas e instrumentos diversos, as quais não abordaremos todas neste, são poucas as empregadas nas universidades atualmente. É pertinente neste momento, ratificar que a função prioritária da avaliação é a de colher informações pertinentes à capacidade transmissiva de conhecimento do docente e da capacidade absorptiva dos discentes. Assevera DeKetele & Roegiers (1996) que a informação pode ser recolhida à custa de três técnicas diferentes: - por observação dos alunos quando da realização das atividades laboratoriais; - por inquérito, através de respostas dadas pelos alunos, por escrito ou oralmente, a questões que lhes são colocadas antes, durante ou após a execução do procedimento laboratorial; - com base em documentos produzidos pelos alunos.

Os meios de coleta de informação mais comumente praticados nos meios acadêmicos resumem-se na observação dos alunos enquanto da realização das atividades laboratoriais e por inquérito, por escrito ou oral.

O estudante é tomado exclusivamente como um sujeito que

responde a um instrumento de coleta de dados ou a uma arguição ou participa de uma atividade; e, aconteça o que acontecer, ele é o único responsável. Não se tem presente que sua aprendizagem depende de um conjunto de múltiplas variáveis intervenientes, para além do seu controle, nem se tem presente que sua atividade de responder a provas pode estar determinada por fatores que estão para além de sua exclusiva vontade de responder, melhor que puder ao instrumento a que está sendo submetido. Ou seja, no ato de examinar não se levam em conta, tanto no que se refere ao educador quanto ao educando, os múltiplos e complexos condicionantes que se fazem presentes no ato (LUCKESI, 1994, p.190).

No que tange a realização de atividades laborais, os alunos são submetidos a apresentação de trabalhos orais ou escritos, mesmo seminários, onde normalmente são apresentados aqueles velhos jograis do ensino fundamental. Através de leituras ou de textos decorados, os acadêmicos revezam-se em verbalizações vazias, assistidos por colegas apáticos, por vezes não sendo capaz de produzir experiências acadêmicas ou promover envolvimento coletivo.

“O mais importante em qualquer avaliação de aprendizagem é que ela se baseie numa medição o mais objetiva possível, de todos, de cada um, e só dos objetivos de aprendizagem” (LEMOS, 1990, p.15).

Quanto aos inquéritos orais ou escritos, o docente elabora questões que ele, em sua soberba pedagógica, espera que os acadêmicos tenham aprendido de forma decorada ou mesmo na forma em que foram ministrados.

[...] o processo de avaliação que procura oferecer elementos para verificar se a aprendizagem está se realizando ou não deve conter em seu bojo uma análise não só do desempenho do aluno, mas também da atuação do professor e da adequação do plano aos objetivos propostos (MASETTO, 2012, p. 171).

No desenvolvimento de uma prática avaliativa o aplicador deve atentar-se à contribuição, possibilitada pela forma empregada, para a identificação de informações possíveis para a verificação do aprendido pelo aluno, como também, onde ou em que, o acadêmico ainda encontra dificuldades para a construção do aprendido. A prática avaliativa objetiva-se a promover meio para que exista, se necessário, a reorganização do trabalho pedagógico que venha a balizar a mensuração do aprendido por meio do processo avaliativo.

A Avaliação e Seus Efeitos

Ao ponderar no processo ensino e aprendizagem onde a avaliação é vista como meio promotor e julgador de aprendizagem do acadêmico e do docente, o instituto em tela torna-se parte imprescindível do processo que possibilita a verificação do resultado final, da competência e da construção das habilidades significativas por parte dos envolvidos.

Através do desempenho atingido a partir do ponderar, do pesquisar, do propor, entre outros, o docente do ensino superior pode constatar as conquistas e os progressos atingidos pelo educando, assim como, intervir no processo de assimilação de conteúdo, para que sejam apontados com precisão, ao decorrer do processo, formas de diferentes meios avaliativos os pontos assertivos e negativos.

[...] a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos (VASCONCELLOS, 2000, p. 44).

É mister que o educador, mediante perspectiva participativa pedagógica, conduza de forma

dialógica o processo avaliativo, visto que será melhor entendida a aquisição da aprendizagem através de um diálogo formativo que faça com que professor e aluno tornem-se dois instrumentos construtores e reconstrutores do processo de ensino e aprendizagem, a partir de cada experiência obtida ao decorrer da prática avaliativa.

Como prática formalmente organizada e sistematizada, a avaliação, no contexto acadêmico, realiza-se segundo objetivos implícitos ou explícitos, que, por sua vez, refletem valores e normas sociais. Para fazer uma avaliação, dependendo da área de ensino, é preciso obter uma formação exclusiva desse ressoante que integram a comunidade acadêmica. A estimativa de opinião vem como a área de perscrutação científica, transmutando-se movimento múltiplo, contextualizando e incluindo todos os aspectos educacionais, propondo ao educando uma aprendizagem sem conflito entre ideias e conhecimentos, dentro e fora do meio educacional.

No entanto, pode-se certificar, que os fatores que contribuem para uma opinião sobre conhecimento, não se aplicam somente por meios de provas questionais com perguntas ou dúvidas a serem extraídas de textos ou de livros, em meios, casos, até no contexto extra social, tendo como tema a atualidade e a antiguidade da humanidade.

Esta prática deve ser entendida como castigo e não como avaliação, visto não cumprir com a função à que se destina.

Esse modo de conduzir a docência manifesta-se com um viés mais grave ainda, porque o professor normalmente não está interessado em descobrir quem sabe o que foi ensinado, mas sim quem não aprendeu, para poder expor publicamente aos colegas a sua fragilidade. O professor, usualmente, prossegue a chamada até encontrar o fraco, aquele que não sabe. Este coitado, treme de medo e de vergonha. O “forte” na lição é elogiado e o “fraco”, ridicularizado (LUCKESI, 1994, p.49).

O autor supracitado ainda compara a referida prática aos velhos castigos físicos. Ainda que involuntário da parte do professor, visto ser este o instrumento dominante de avaliação, as marcas e cicatrizes provocadas por esta prática, muitas vezes, são indelévels na vida do acadêmico, como demonstraremos posteriormente:

[...] um aspecto central na concepção de avaliação formativa é a garantia do espaço de autonomia do estudante, tornando-o cada vez mais sujeito da aprendizagem, por meio de reflexões individuais e conjuntas, analisando criticamente sua produção e tendo em vista a transformação da sua realidade pessoal e social (ZUKOWSKY; TAVARES, *apud* MASETTO, 2013, p. 142).

Dependendo do argumento utilizado pelo professor ou de quem elaborou a avaliação, em meio às tribulações diárias e dos acadêmicos que estão presentes com pensamentos diferentes, entre outros cursos divergentes, com conhecimentos contrários e olhares desiguais ao do orientador ou examinador da prova, o insucesso avaliativo pode, e normalmente estão presentes.

A formação desses profissionais deve possuir um caráter reformador, e não de mera constatação com o agrupamento, antes de mais nada, deve se comprometer com a promoção da aprendizagem. O docente é um preceptor e a educação, uma obra substancial do indivíduo.

O primata, todavia, é um ser limitado que necessita do outro para existir, satisfazer e edificar um firmamento mais abrangente das disciplinas e ensino didático. Segundo Piaget (1973) “não há operação sem cooperação”, o que comunica o reconhecimento da participação dos acadêmicos em meio ao mentor como problematizador. Neste sentido, assevera Sant’anna:

A avaliação só será eficiente e eficaz se ocorrer de forma interativa entre professores e alunos, ambos caminhando na mesma direção, em busca dos mesmos objetivos. O aluno não será um indivíduo passivo; e o professor, a autoridade que decide o que o aluno precisa e deve saber. O professor não irá apresentar Robinson Moreira Tenório e Marcos Antônio Vieira 259 verdades, mas com o aluno irá investigar, problematizar, descortinar e, pelos erros, identificar as melhores alternativas

para superá-los (SANT'ANNA, 1995, p. 27).

Diante do até então exposto, é notória a impossibilidade de uma avaliação eficaz mediante o emprego do método avaliativo tradicional, muito encontrado nas universidades pátrias. É anacrônica, se não kafkiana, a avaliação realizada por meio de questionários, com o emprego de algumas questões, frente ao objetivo-mor do instituto nesse discutido, o progresso educacional e evolutivo pedagógico dos corpos discentes e docentes.

Efeitos

Há muito se discute os efeitos do método avaliativo, baseado em questões, sejam objetivas ou dissertativas, nas carreiras profissionais e nos indivíduos. O fato de não responder corretamente tais questionários ou da forma desejada pelo educador, não caracteriza o não aprendizado ou a incapacidade profissional, mas apenas a pressão psicológica sofrida, influenciará este indivíduo ao longo de sua existência.

A falta de sucesso escolar na vida desses alunos vem de todo um processo que os minimiza, desclassifica e os idiotiza. Achando-se, assim, "burros", estes alunos contribuem/contribuirão para os avançados números de reprovação e evasão; e levarão, para o resto de suas vidas, o estigma de burrice (ARTUR, 2015, p. 2).

O método avaliativo no Brasil é direcionado à pedagogia do exame classificatório, ou seja, o ensino está calcado nas estatísticas de aprovação, onde alunos e famílias apenas objetivam o avanço de séries, e os professores em atingir metas impostas pelo Estado. Sendo que a preocupação com o pedagógico inexistente, visto que a maior preocupação é a nota, a aprovação, a promoção. Isto ocorre porque vivemos em uma sociedade, cuja a cultura, não é a do saber pela vida, mas o do saber para o vestibular ou para a concorrência profissional.

Relembrando Luckesi (1984), a avaliação, na perspectiva do modelo tradicional, pode tornar-se um instrumento autoritário e frenador do desenvolvimento, possibilitando a uns o acesso ao saber e, a outros, a estagnação e até a evasão escolar.

Como visto, a avaliação classificatória nada contribui para a transformação, para a inclusão; muito pelo contrário, ela é extremamente ineficiente para a conservação da sociedade. Os aptos são geralmente aqueles providos de certos bens culturais e econômico e poderão dar continuidade a seus estudos. Os não aptos, são, geralmente, os alunos vindos das classes populares.

A sociedade brasileira continua a produzir milhões de analfabetos, que contribuem para a manutenção de privilégios nas mãos daqueles que sempre detiveram o poder. Os excluídos de poder são excluídos de bens materiais e são também excluídos de bens culturais. A escola desempenha um papel fundamental nessa exclusão, não apenas porque cria barreiras que impedem a entrada das crianças das classes populares, mas porque, às que conseguem romper as barreiras e se matriculam são colocadas outras barreiras, que as impedem de ter sucesso na escola (GARCIA, 2001, p. 7).

A avaliação tradicional cria barreiras na relação docência/discência, impedindo a aproximação dos autores; aproximação esta, indispensável para a propagação do conhecimento e construção da educação.

Se, de um lado, a escola usa a avaliação como instrumento de poder e de controle do aluno, por outro, o aluno acaba desenvolvendo estratégias de sobrevivência e criando um 'contra-poder' estabelecendo uma relação utilitarista com o saber e com o outro; conseguir nota a qualquer custo, mesmo que através de 'cola' (que é mais comum do que se imagina): seja material (escritos em papéis, borracha, carteira, etc.) ou mental (memorização mecânica). De qualquer maneira, o que se verifica frequentemente é que não há correlação entre

nota e a qualidade da aprendizagem. Ou seja, o aluno acaba descobrindo o jogo da escola e encontra formas de resistência e enfrentamento (MACIEL 2003, p. 19).

Diante do exposto, é mister salientar, que o método avaliativo tradicional é estulto, e por tal, em nada contribui para a avaliação ou progresso acadêmico dos discentes, visto, não proporcionar ou acrescentar conhecimento, ainda, causando efeitos nocivos e muitas vezes indelévels, tanto psicológica, quanto socialmente. Necessário se faz a reavaliação deste método, proporcionando uma discussão aberta entre os grupos envolvidos, visando o progresso educacional pátrio e maior inclusão dos atuais acadêmicos, nos meios profissionais e culturais da sociedade.

Metodologia

O presente estudo tratou-se de uma pesquisa experimental de caráter qualitativo. Experimental, por não procurar esgotar o tema, qualitativo por objetivar em demonstrar os efeitos positivos advindos de novas práticas avaliativas.

Os critérios formais para todo o procedimento de pesquisa foram fornecidos pelos métodos científicos. Nesse viés, o método representou um procedimento racional e ordenado, constituído por instrumentos básicos, que visaram a alcançar os objetivos preestabelecidos em um planejamento da pesquisa.

Sendo assim, a metodologia aplicada para alcançar o objetivo de demonstrar o anacronismo do método avaliativo Universitário frente ao desenvolvimento intelectual do acadêmico, foi o estudo dos efeitos maléficos derivados pela prática do referenciado meio, estudo bibliográfico de especialistas na área psicoacadêmica e pedagógica. Para se definir os métodos avaliativos existentes, utilizados e cabíveis e os efeitos advindos, foi o estudo por equiparação do Fato frente ao objetivo almejado, partindo do estudo bibliográfico de especialistas. Quanto aos referidos prejuízos advindos da prática avaliativa dominante em detrimento aos efeitos danosos causados aos acadêmicos, foi realizada ao longo do estudo, mediante estudo da prática comum e das opções avaliativas existentes.

Resultados

A presente pesquisa permitiu o estudo analítico dos meios avaliativos universitários, tanto os aplicados ao decorrer da história, quanto aos mais atuais. Concedendo, ao longo do estudo bibliográfico, a base de conhecimento necessária e objetivada, para embasar os fundamentos e necessidades da avaliação dos acadêmicos.

Este trabalho científico contribuiu largamente para a conceituação científica da avaliação, objeto alvo deste. Entendemos a missão e objetivos desta, ao mesmo que, demonstrou-se a incompatibilidade entre os objetivos almejados e a prática aplicada.

Restou demonstrado que os métodos e técnicas empregadas para comensurar o aprendizado acadêmico e a capacidade de transmitir conhecimento, por parte dos docentes universitários, não evoluíram ao longo do tempo, ou seja, não acompanharam a evolução psíquica dos discentes e tecnológicas da modernidade, caracterizando o anacronismo.

Uma vez constatado o anacronismo dos métodos avaliativos universitário e a evolução psíquica e tecnológica dos acadêmicos, esta pesquisa resulta no comprometimento do desenvolvimento acadêmico frente aos métodos e técnicas avaliativas empregadas na atualidade, sendo capaz de propiciar um desenvolvimento iníquo e deturpar a capacidade intelectual e psicológica dos alunos.

Ainda, durante a referida pesquisa, verificou-se a problemática, ou seja, a possibilidade de comensurar o aprendizado ou absorção de conhecimento de um indivíduo (acadêmico), em algumas questões. Em termos mais específicos, se os métodos avaliativos tradicionais cumprem com seus propósitos. Dado aos efeitos nocivos advindos desta prática e a baixa eficiência da mesma, constatou-se que a equidade avaliativa traz êxito acadêmico.

A equidade avaliativa figura-se por meio de avaliações individuais, respeitando as diferenças intelectuais e psicológicas de cada acadêmico, em contradição com a generalidade das formas.

Considerações Finais

As técnicas e métodos avaliativos capazes de cumprir as funções de estimar, controlar, valorar, apreciar, classificar, analisar, diagnosticar, entre outros, os acadêmicos e professores universitários nas esferas pedagógicas, didáticas e de transmitir e absorver conhecimento, distanciam-se das práticas contemporâneas.

Diante todo exposto, conclui-se que os meios avaliativos tradicionais atrofiam o capital do sistema universitário, o cérebro. Por atrapalharem o desenvolvimento intelectual acadêmico, estes, por meio dos efeitos nocivos descritos nesta pesquisa, criam barreiras e distanciamentos entre educadores e educandos.

Em meio às necessidades sociais de bons profissionais e cidadãos, as universidades não vêm cumprindo com seu papel verdadeiro, que é desenvolver os acadêmicos em seu ápice, capacitando-os à agirem autonomamente, incentivando-os a tornarem-se agentes no processo de transformação social.

Em lugar do supracitado, as universidades brasileiras, tanto públicas quanto privadas, vem devolvendo à sociedade, profissionais insuficientes, psicologicamente inseguros e com conhecimento profissional questionável. Efeitos advindos de um processo avaliativo insuficiente, onde prima-se a nota e não o indivíduo, a aprovação e não o conhecimento, o ego e não a educação.

Se a educação é a máxima aplicação do conhecimento, espera-se minimamente que a avaliação empregada nas universidades, possibilitem aos docentes conhecer o resultado de seus esforços didáticos, para que tenham a oportunidade de implementarem novas técnicas que conduzirão os acadêmicos ao apogeu, a educação.

Estas mesmas técnicas e métodos avaliativos, devem promover nos acadêmicos, o interesse em desenvolver conhecimento aplicado. Apenas mediante a equidade avaliativa. Este objetivo será atingido, respeitando os diferentes e as diferenças psicológicas e sociais de cada ser.

Em plena modernidade, em uma era digital, onde as informações trafegam em terabytes por segundo, continuamos a utilizar os métodos medievais para avaliar uma geração digital, e neste momento, constatamos o anacronismo do método avaliativo universitário frente ao desenvolvimento intelectual do acadêmico.

Conclui-se que o melhor meio avaliativo não são os testes (provas) objetivas ou discursivas, mesmo as atividades laborais, e sim a participação dos acadêmicos na construção do conhecimento. Aferir conhecimento mediante algumas questões, é minimamente soberba pedagógica, senão estultícia didática.

Outros sim, os acadêmicos estão sendo vilipendiados do direito à educação, à qualidade do ensino e ao sucesso profissional. Tamanha iniquidade advém do despreparo das instituições universitárias em tornarem-se autocríticas, de forma cognitivas e em conjunto com a sociedade, discutirem novos meios e métodos capazes de proporcionar e cumprir com o papel destas instituições, o desenvolvimento acadêmico por meio da educação com excelência.

Referências

- ARTUR, Shirley F. R. **A Avaliação da Aprendizagem Como Processo de Transformação e Inclusão**. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt>. Acessado em 09 dez 2015.
- BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- BERNHEIM CT, Chauí MS. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação**. Brasília: UNESCO; 2008.
- DEKETELE, J. & ROEGIERS, X. **Méthodologie du recueil d'information**. Paris: DeBoeck 16 Université. 1996.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. UNESCO, MEC, Cortez Editora, São Paulo, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREITAS, Henrique, et al. **Os Métodos de Pesquisa**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2000/2000_092_RAUSP.PDF. Acessado em 09 dez 2015.
- GARCIA, R. L. (Org.) **Alfabetização dos Alunos das Classes Populares**. 4. ed. São Paulo. Cortez, 2001.
- JAEGER, Werner. **Paidéia- A formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- LEMONS, Valter V. **O Critério do Sucesso. Técnicas de Avaliação da Aprendizagem**. Lisboa: Texto

Editora, 1990.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo**. Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, n. 61, 1984.

MACIEL, D. M. **A avaliação no processo ensino-aprendizagem de matemática no ensino médio: uma abordagem formativa sócio-cognitiva**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2012.

MASETTO, Marcos Tarciso; ZUKOWSKY-TAVARES, Cristina. Inovação e a Universidade. In: GHIRARDI, José Garcez; FEFERBAUM, Marina [org.]. **Ensino do direito em debate: reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente**. São Paulo: Direito GV, 2013.

_____. **Inovação no ensino superior**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

OLIVEIRA, Katya Luciane de Oliveira, SANTOS, Acácia Aparecida Angeli. **Compreensão em Leitura e Avaliação da Aprendizagem em Universitários(2005)**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Acacia_Angeli/publication/237225435_Compreenso_em_leitura_e_avaliao_da_aprendizagem_em_universitrios/links/53eba47a0cf250c8947a33bc.pdf. Acessado em: 06 fev 2016.

PIAGET, Jean. **Estudos Sociológicos**. Ed. Forense. Rio de Janeiro, 1973.

ROSA, Simone Medianeira; VESTENA, Rosemar de Fatima. **O professor e sua valorização profissional**. Disponível em: <http://jne.unifra.br/artigos/4741.pdf>. Acesso em: 11 dez 2015.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Petrópolis. Vozes, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

UFBA, Centro Acadêmico de Engenharia Elétrica. **Avaliação Do Desempenho Docente, Discente E Disciplina**, Salvador. Universidade Federal da Bahia, 2005.

Recebido em 21 de abril de 2016

Aprovado em 19 de maio de 2016